

11 MAIO  
BRAGA  
17 MAIO  
LEIRIA

01 JUNHO  
TORRES NOVAS

06 JUNHO  
LOULÉ

15 JUNHO  
AVEIRO

22 JUNHO  
BEJA

CICLO DE DEBATES CIP 2016

# POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O SÉCULO XXI

01 JUNHO | NERSANT | TORRES NOVAS



PARCERIA COM:

tv24

 CIP.ORG.PT

 CIP CONFEDERAÇÃO  
EMPRESARIAL DE PORTUGAL

## TESTEMUNHO

### POLÍTICA INDUSTRIAL: ESTARÁ DE REGRESSO?

#### FINANCIAMENTO DAS PME's

##### 1. Antecedentes e Condicionantes

Há mais de uma década existiu uma preocupação permanente na Sociedade Portuguesa em sublinhar o papel decisivo que as políticas que visavam o reforço da competitividade da economia, designadamente das empresas industriais, tinham no crescimento do Valor Acrescentado Nacional e no aumento do bem-estar dos Portugueses.

As restrições financeiras, originadas noutras latitudes e provocadas por erros nossos, fizeram com que desaparecesse este tema da agenda governamental e deixasse de constar nas prioridades que a opinião pública vai construindo e que constituísse tema da agenda mediática.

O primado das políticas e iniciativas voltou-se, quase exclusivamente, para a esfera financeira impondo restrições com vista a reverter o desequilíbrio financeiro das contas públicas e prescindiu-se de atuar na esfera económica com reflexo nas perdas de competitividade, quebras acentuadas no investimento privado apesar de se ter verificado, mesmo assim, um crescimento com significado nas exportações de produtos industriais, fruto da grande capacidade empresarial demonstrada pelas empresas privadas.

O investimento público teve lugar sem se atender à sua reprodutibilidade financeira, económica e social, que não eram objeto de avaliações, incidindo mais na construção e pouco no imaterial.



**Luís Alves Monteiro**

Membro do Conselho da Indústria  
Portuguesa da CIP

11 MAIO  
BRAGA  
17 MAIO  
LEIRIA

01 JUNHO  
TORRES NOVAS

06 JUNHO  
LOULÉ

15 JUNHO  
AVEIRO

22 JUNHO  
BEJA

# CICLO DE DEBATES CIP 2016

## POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O SÉCULO XXI

01 JUNHO | NERSANT | TORRES NOVAS



NERSANT

PARCERIA COM:

tv24

 CIP.ORG.PT

 CIP CONFEDERAÇÃO  
EMPRESARIAL DE PORTUGAL

A intervenção do Estado, burocratizando as suas tarefas, impediu o necessário reforço da flexibilidade e adaptação que a economia tanto necessitava, pois a adesão à moeda única tornou rígido um elemento determinante, antes usado para melhorar a competitividade, dado que não mais as políticas cambiais e monetárias específicas poderiam ser utilizadas para artificialmente reduzir os custos e aumentar a competitividade internacional dos bens por nós produzidos.

A deterioração social que o aumento do desemprego originou, ajudou à criação de um quadro de crise que tornou as expectativas económicas mais desanimadoras e que o Sistema Judicial complexo e moroso aprofundou por acrescentar custos para as empresas e não criando o necessário clima de confiança para o relançamento do investimento privado.

Assim chegámos a um endividamento público e externo muito elevado e quase insustentável, com níveis baixos de poupança privada e uma despesa pública originando défices que põem em causa a capacidade do País, com os valores atuais de geração de Produto vir a assegurar o serviço da dívida tal como está programado.

E importa ter presente: “Que quem não cresce dificilmente paga”.

Daí ser importante regressar-se à agenda económica com especial enfoque na Política Industrial.

## 2. Apostas prioritárias em resposta à Globalização

Portugal só se desenvolverá através da aposta nos produtos e serviços transacionáveis que se vendem na economia global. Está esgotado o crescimento pelo lado da procura (consumo público e privado) atendendo à situação de endividamento das famílias e do Estado.

Para que tal aconteça, é preciso aumentar drasticamente a produtividade e competitividade internacional de tais atividades. Tal consegue-se através de

11 MAIO  
BRAGA  
17 MAIO  
LEIRIA

01 JUNHO  
TORRES NOVAS

06 JUNHO  
LOULE

15 JUNHO  
AVEIRO

22 JUNHO  
BEJA

CICLO DE DEBATES CIP 2016

# POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O SÉCULO XXI

01 JUNHO | NERSANT | TORRES NOVAS



CIP  
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL  
DE PORTUGAL



PARCERIA COM:

tv24

 CIP.ORG.PT

 CIP CONFEDERAÇÃO  
EMPRESARIAL DE PORTUGAL

políticas do lado da oferta (“supply-side policies”) e não através do aumento da despesa pública corrente que vai gerar mais endividamento.

Sendo a base doméstica essencial para que tenhamos em Portugal um ecossistema favorável à competitividade internacional, é essencial aumentar drasticamente a produtividade da Administração Pública e dos sectores de bens não transacionáveis que são em Portugal sérios “bottlenecks” ao nosso aumento de competitividade pela deficiente qualidade e alto preço nos inputs que fornecem aos sectores de bens transacionáveis.

A experiência de sucesso de pequenas economias abertas, mostra que teremos tudo a ganhar se conseguirmos percorrer essa trajetória com o empenho e concertação ativa dos parceiros sociais. Na Sociedade do Conhecimento e na economia global, está ultrapassada a velha dicotomia marxista entre capital e trabalho, pois o novo e essencial fator de competitividade é o uso da informação e do conhecimento e a questão é utilizar os nossos recursos em concertação social para ir ao mercado global que lá está disponível.

### 3. Constrangimentos ao Financiamento das PME's

No que ao investimento privado respeita, não poderemos deixar de apontar alguns constrangimentos à consolidação financeira das PME'S e apoio a Start-ups em resultado de uma reflexão que o Conselho da Indústria da CIP realizou e me coube coordenar e que contou com os valiosos contributos da Dra. Margarida Ferreira e do Dr. Domingos Chambel.

Os aspetos que respeitam ao sistema financeiro, constituem, como é óbvio, um forte constrangimento ao desenvolvimento e financiamento das PME's, até porque a procura de crédito com qualidade aceitável, quanto ao risco, é escassa.

Não obstante, a CGD um grande banco à escala nacional, não surge com políticas mais ativas de financiamento das PME's quando podia, sem deixar de praticar

11 MAIO  
BRAGA  
17 MAIO  
LEIRIA

01 JUNHO  
TORRES NOVAS

06 JUNHO  
LOULE

15 JUNHO  
AVEIRO

22 JUNHO  
BEJA

# CICLO DE DEBATES CIP 2016

## POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O SÉCULO XXI

01 JUNHO | NERSANT | TORRES NOVAS



**NERSANT**

PARCERIA COM:

**tv24**

 CIP.ORG.PT

 CIP CONFEDERAÇÃO  
EMPRESARIAL DE PORTUGAL

políticas de gestão de risco prudentes, ter uma postura mais voluntarista neste mercado.

Igualmente, sendo o mercado de capitais, a par do sistema financeiro, um sistema organizado de recolha e canalização direta da poupança para o investimento produtivo, ele pode desempenhar um papel fundamental nas empresas, particularmente nas PME's. Para isso é necessário que o sistema de entrada neste mercado seja simplificado (recentemente a Europa iniciou esta simplificação ao alterar o Regulamento 809/2004) e se faça, ainda, uma caminhada no sentido da diminuição de certos valores mínimos (por ex. a entrada em bolsa por colocação particular exige um mínimo de 2,5 milhões de euros a serem colocados em vários investidores).

Mesmo o anunciado e sublinhado “Banco de Fomento”, designada de IFD, tenho dúvidas se já viu a luz do dia e convém não esquecer que entre o seu início de funcionamento e a sua operacionalização no mercado algum tempo passou, apesar de o quadro legal da sua criação, pelo Dec. Lei nº 155/2014, de 21 de Outubro de 2014, desde há muito estar já plenamente em vigor.

#### 4. Melhorar o financiamento das PME's

É óbvio que a primeira ação neste âmbito terá de passar por uma consolidação orçamental, o mais rápida e eficaz possível, combinada com recurso, decerto, ao crescimento da economia que estímulos adequados às PME's lhe possa permitir, designadamente para atividades que produzam bens e serviços transacionáveis ou de redução de importações e que contribuam para o aumento do valor acrescentado dos bens e serviços transacionáveis.

Uma melhoria do crescimento económico na Europa seria uma boa ajuda nesta linha.

11 MAIO  
BRAGA  
17 MAIO  
LEIRIA

01 JUNHO  
TORRES NOVAS

06 JUNHO  
LOULE

15 JUNHO  
AVEIRO

22 JUNHO  
BEJA

# CICLO DE DEBATES CIP 2016

## POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O SÉCULO XXI

01 JUNHO | NERSANT | TORRES NOVAS



PARCERIA COM:

tv24

 CIP.ORG.PT

 CIP CONFEDERAÇÃO  
EMPRESARIAL DE PORTUGAL

Quanto à conhecida e excessiva dependência do crédito por parte das PME's, tornar-se-ia necessário um esforço maciço de capital de risco no mercado, bem como para reduzir o risco bancário, igual intensificação nos instrumentos de Garantia Mútua muito úteis a projetos de raiz de PME's.

Igualmente a existência de um mercado de valores mobiliários ativo, que se constitua como fonte privilegiada de financiamento das empresas num quadro de obtenção de uma saudável estrutura de capitais que combine recursos próprios (obtidos pela colocação de ações em mercado) com recursos alheios (provenientes, designadamente, da emissão de obrigações ou financiamentos bancários), é indispensável. Políticas de incentivos fiscais à capitalização das empresas são, também, ajustadas à superação das debilidades apontadas.

Para além das medidas que na esfera macroeconómica têm de continuar a ser tomadas com vista à consolidação estrutural do O.E. e reforço da solidez do Sistema Bancário, entende-se que urge atender aos seguintes eixos no âmbito da intervenção a favor das PME's:

- Apoiar a criação de Núcleos de Inovação nas PME's e Centros de I&DT nos grupos económicos e empresas;
- Promover a dinamização dos clusters e polos de competitividade ligando Universidades, Institutos Politécnicos e Centros de Investigação nas empresas e respetivas Associações Empresariais;
- Criar sistema de incentivos ao investimento inovador, englobando a logística, distribuição e racionalização energética e ambiental;
- Reforçar os mecanismos da Garantia Mútua;
- Reintroduzir o Crédito Fiscal ao Investimento devendo a receita cessante ser cofinanciada por Fundos Estruturais;
- Criar instrumentos específicos de apoio às novas empresas com projetos de raiz;
- Melhorar o instrumento IVA de caixa, alargando-o e rever o mecanismo de encontro de crédito/débito no âmbito deste estatuto;
- Reforçar os mecanismos de Capital de Risco;
- Definir a CGD como Instituição Financeira estrategicamente orientada e implicada no financiamento às PME's;
- Neste particular a CGD deveria, por orientações do seu acionista, desenvolver iniciativas e instrumentos financeiros que a situassem como o Banco das PME's;

11 MAIO  
BRAGA  
17 MAIO  
LEIRIA

01 JUNHO  
TORRES NOVAS

06 JUNHO  
LOULÉ

15 JUNHO  
AVEIRO

22 JUNHO  
BEJA

CICLO DE DEBATES CIP 2016

# POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O SÉCULO XXI

01 JUNHO | NERSANT | TORRES NOVAS



CIP  
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL  
DE PORTUGAL

PARCERIA COM:

tv24

NERSANT

 CIP.ORG.PT

 CIP CONFEDERAÇÃO  
EMPRESARIAL DE PORTUGAL

- Assegurar a rápida operacionalização da IFD e sua implantação estratégica correta no mercado das PME's que visa servir e para os fins lhe foram definidos.